

José Cretella Neto

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
UM GUIA DE INSTRUÇÕES PRÁTICAS PARA O USO INTELIGENTE
E EFICAZ EM SEUS PROCESSOS (SEM ESQUECER A TEORIA!)

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

C924n
2021

Cretella Neto, José.
O novo processo civil brasileiro: um guia de instruções práticas para o uso inteligente e eficaz em seus processos (sem esquecer a teoria!) / José Cretella Neto. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.
389 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-0802-8

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

CDD – 347.051

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

RAZÕES PARA ESCREVER ESTE LIVRO	15
----------------------------------------------	-----------

I

PROCESSO DE CONHECIMENTO	25
1. Fases Postulatória e Instrutória	25
1.1. O Direito Processual. Início do Processo e seu Desenvolvimento. Tipos de Processo	25
1.2. Valor da Causa	36
1.3. Espécies de Processos e Formação do Processo	38
1.4. Os Sujeitos do Processo	45
1.5. Intervenção de Terceiros no Processo	53
1.6. Para qual Juiz deve a Inicial ser Endereçada. Jurisdição e Competência	56
1.7. Impedimento e Suspeição do Juiz e de outros Participantes do Processo	60
1.8. Contagem dos Prazos	63
1.9. Resposta (Defesa) do Réu	66
1.10. Fase Instrutória. Provas	70
1.11. A Sentença	92
2. Tutela Provisória	96
2.1. Disposições Gerais	96
2.2. Tutela de Urgência	99
2.3. Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente	101
2.4. Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente	102
2.5. Da Tutela da Evidência	104
3. Recursos	105
3.1. Generalidades	105
3.2. Os Recursos Previstos no CPC de 2015	112
3.2.1. Introdução	112
3.2.2. Os Recursos em Espécie	114
3.2.2.1. Apelação	114
3.2.2.2. Agravo de Instrumento	117
3.2.2.3. Agravo Interno	121
3.2.2.4. Embargos de Declaração	122

3.2.2.5. Recurso Ordinário Constitucional	124
3.2.2.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário	125
3.2.2.7. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	129
3.2.2.8. Embargos de Divergência	130
3.2.2.9. Remessa Necessária	131
4. Os Processos nos Tribunais e os Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	137
4.1. Considerações Iniciais	137
4.2. A Ordem dos Processos nos Tribunais	139
4.3. O Incidente de Assunção de Competência	145
5. Liquidação de Sentença	146
5.1. Generalidades	146
5.2. Cumprimento de Sentença	148
5.2.1. Disposições Gerais	148
5.2.2. Cumprimento Provisório da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa	150
5.2.3. Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa	151
5.2.4. Cumprimento da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Prestar Alimentos	153
5.2.5. Cumprimento da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública	158
5.2.6. Cumprimento da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de não Fazer	161
5.2.7. Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa	166

II

PROCESSO DE EXECUÇÃO	169
1. Execução em Geral	169
1.1. Introdução: Disposições Gerais	169
1.2. Partes na Execução	171
1.3. Competência para o Ajuizamento da Ação de Execução	174
1.4. Título Executivo	175
1.4.1. Exigibilidade da Execução	177
1.5. Responsabilidade Patrimonial	177
2. As Diversas Espécies de Execução	181
2.1. Generalidades	181
2.2. Execução para Entrega de Coisa	182

2.2.1. Execução para Entrega de Coisa Certa	182
2.2.2. Execução para Entrega de Coisa Incerta	183
2.3. Execução das Obrigações de Fazer ou de não Fazer	184
2.3.1. Considerações Iniciais: Disposições Comuns à Execução das Obrigações de Fazer e de não Fazer	184
2.3.2. Execução das Obrigações de Fazer	184
2.3.3. Execução das Obrigações de não Fazer	186
2.4. Execução por Quantia Certa	186
2.4.1. Disposições Gerais	186
2.4.2. Citação do Devedor; Arresto	187
2.4.3. Penhora, Depósito e Avaliação	189
2.4.3.1. Objeto da Penhora	189
2.4.3.2. Documentação e Registro da Penhora; Depósito	196
2.4.3.3. Lugar de Realização da Penhora	198
2.4.3.4. Modificações da Penhora	200
2.4.3.5. Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira	203
2.4.3.6. Penhora de Créditos	204
2.4.3.7. Penhora de Quotas ou das Ações das Sociedades Personificadas	206
2.4.3.8. Penhora de Empresa, de outros Estabelecimentos e de Semoventes	207
2.4.3.9. Penhora Percentual de Faturamento de Empresa	209
2.4.3.10. Penhora de Frutos de Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel	210
2.4.3.11. Avaliação	211
2.4.4. Expropriação de Bens	214
2.4.4.1. Adjudicação	214
2.4.4.2. Alienação	216
2.4.5. Satisfação do Crédito	227
2.5. Execução contra a Fazenda Pública	230
2.6. Execução de Alimentos	232
3. Embargos à Execução	237
4. Suspensão e Extinção do Processo de Execução	241
4.1. Suspensão do Processo de Execução	241
4.2. Extinção do Processo de Execução	242

III

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

E VOLUNTÁRIA	245
1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	245
1.1. Panorama	245

1.2 Os Procedimentos de Jurisdição Contenciosa em Espécie.....	248
1.2.1. Ação de Alimentos	248
1.2.1.1. Generalidades.....	248
1.2.1.2. Quem tem Direito a Alimentos (<i>credor ou alimentado</i>) e quem deve Prestar Alimentos (<i>devedor ou alimentante</i>).....	250
1.2.1.3. Critérios para a Fixação dos Alimentos.....	251
1.2.1.4. Rito da Ação de Alimentos	254
1.2.2. Ação de Consignação em Pagamento	258
1.2.3. Ação de Exigir Contas.....	261
1.2.4. Ações Possessórias	264
1.2.4.1. Disposições Gerais	264
1.2.4.2. Manutenção e Reintegração de Posse	268
1.2.4.3. Interdito Proibitório.....	270
1.2.5. Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares	270
1.2.5.1. Disposições Gerais	270
1.2.5.2. Ação de Demarcação	273
1.2.5.3. Ação de Divisão de Terras Particulares	275
1.2.6. Ação de Dissolução Parcial de Sociedades	278
1.2.7. Inventário e Partilha	284
1.2.7.1. Generalidades.....	284
1.2.7.2. Quem tem Legitimidade para Requerer o Inventário	287
1.2.7.3. Inventariante e Primeiras Declarações	287
1.2.7.4. Citações e Impugnações	291
1.2.7.5. Avaliações; Cálculo do Imposto.....	292
1.2.7.6. Colações	295
1.2.7.7. Pagamento das Dívidas do Espólio.....	296
1.2.7.8. Da Partilha dos Bens e dos Direitos do <i>de cujus</i>	298
1.2.7.9. Arrolamento dos Bens	302
1.2.7.10. Das Disposições Comuns	305
1.2.8. Embargos de Terceiro	306
1.2.9. Oposição	309
1.2.10. Habilitação.....	312
1.2.11. Ações de Família.....	314
1.2.12. Ação Monitória.....	325
1.2.13. Homologação do Penhor Legal.....	333
1.2.14. Regulação de Avaria Grossa.....	334
1.2.15. Restauração de Autos	341

2. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	343
2.1. Panorama	343
2.2 Os Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária em Espécie	345
2.2.1. Disposições Gerais	345
2.2.2. Notificação e Interpelação	348
2.2.3. Alienação Judicial	350
2.2.4. Divórcio e Separação Consensuais; Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio	350
2.2.5. Testamentos e Codicilos	353
2.2.6. Herança Jacente	357
2.2.7. Os Bens dos Ausentes	361
2.2.8. Coisas Vagas	363
2.2.9. Interdição	365
2.2.10. Disposições Comuns à Tutela e à Curatela	372
2.2.11. Organização e Fiscalização das Fundações	374
2.2.12. Ratificação dos Protestos Marítimos e os Processos Testemunháveis Formados a Bordo	379
REFERÊNCIAS	383